

Faltou a conclusão na confissão do senador

O discurso feito da tribuna do Senado pelo ex-líder do governo senador José Roberto Arruda, confessando a co-autoria da violação do painel de votação, não surpreendeu pela sua essência. Depois de conhecido o depoimento prestado pela ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges, ao Conselho de Ética, ninguém com um mínimo de discernimento poderia imaginar que Arruda e Antonio Carlos Magalhães fossem inocentes no episódio. O que surpreendeu foi a intempestividade da confissão, que abortou a suja manobra ensaiada pelo senador Antonio Carlos Magalhães para baralhar as investigações, envolvendo o presidente Fernando Henrique Cardoso num crime que teve como autores intelectuais os senadores pela Bahia e pelo Distrito Federal e como executora – por coação – a ex-diretora do Prodasen. Antonio Carlos Magalhães também ensaiava manobra para envolver o Conselho de Ética numa tarefa interminável, desviando as investigações para todas as votações secretas realizadas desde a última mudança do programa do placar eletrônico, em fevereiro de 1997.

A confissão do senador José Roberto Arruda – que confirmou o depoimento de Regina Borges com pequenas ressalvas obviamente destinadas a criar atenuantes para o malfeito – implica irremediavelmente o senador

Antonio Carlos Magalhães como co-autor da violação de uma votação secreta. Não é admissível supor que um homem com a experiência de vida de Antonio Carlos Magalhães, e não tendo premeditado o crime, silenciasse ao receber, como presidente do Senado, uma lista que jamais poderia ter vindo à luz e, a partir do momento em que isso se tornou conveniente para seus planos, começasse a vaziar as informações que tinha, até cometer a imprudência de abrir o jogo com o procurador Luiz Francisco.

O depoimento de Arruda não deixa margem a dúvidas. Com a lista nas mãos, e em sua presença, o então presidente do Senado telefonou para Regina Borges e agradeceu o serviço sujo que aquela funcionária se sentiu coagida a prestar-lhes.

O que distingue o senador Antonio Carlos Magalhães de seus dois cúmplices é que ele é escolado, tem o couro curtido pelas práticas nas quais José Roberto Arruda e Regina Borges são noviços. A ex-diretora do Prodasen, quando percebeu a enormidade que praticara, procurou a redenção aos olhos de sua família e de seus colegas, fazendo uma comovedora



confissão perante o Conselho de Ética. José Roberto Arruda, num primeiro momento – depois das primeiras declarações de Regina –, tentou safar-se, construindo um alibi implausível e inverossímil. Chegou a garantir ao presidente Fernando Henrique Cardoso, de cujo governo era líder, que nada tinha a ver com a violação do placar do Senado e jurou que nunca teve a lista da votação nas mãos.

Depois, segundo ele, os bons conselhos dos senadores Ramez Tebet, Roberto Saturnino e Eduardo Suplicy indicaram-lhe “o caminho da verdade” e ele confessou. O depoimento que Domingos Lamoglia – o funcionário de seu gabinete que foi o portador da lista de votação – prestaria ontem na Corregedoria do Senado, certamente tão demolidor quanto o de Regina Gomes, também deve ter pesado nos cálculos do senador José Roberto Arruda.

Por atos e palavras, Arruda deixa implícito que espera que seu ato de contrição já seja punição suficiente para o crime que praticou. Dirigindo-se aos senadores e a seus sete filhos, ele disse: “Não precisam ter vergonha de mim: eu não roubei, não enriqueci e moro no mesmo apartamento em que morava antes.

Falhei. Fui ingênuo, infantil, descuidado, mas pretendo dar o exemplo de que sempre se pode retornar ao verdadeiro caminho.” Fosse mais sincero o arrependimento, e houvesse a consciência cabal do mal que ele e o senador Antonio Carlos Magalhães fizeram ao Senado e ao Brasil, Arruda teria poupado a seus pares o dissabor de julgá-lo, renunciando ao mandato ao término de seu discurso patético.

Já não há mais o que investigar. Agora, só resta punir os culpados

De qualquer forma, depois da confissão de Arruda, que corroborou o depoimento de Regina Borges, o Conselho de Ética já não tem o que investigar. Ouvir o senador Antonio Carlos Magalhães será apenas uma formalidade, para que se cumpram os rituais da ampla defesa. O processo deve ser encerrado sem demora e remetido ao plenário para uma rápida decisão: houve um crime, os culpados estão identificados sem sombra de dúvida e a demora da sentença contribuiria desnecessariamente para a manutenção de um clima de incerteza que já começa a criar entre os investidores nacionais e estrangeiros dúvidas sobre a estabilidade política do País.